



ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: UM OLHAR SOBRE ESTUDOS ACADÊMICOS

Carmen Lucia P. Stodolni ¹

Karla Sariava ²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar artigos científicos que problematizem e analisem as políticas públicas de Escola em tempo Integral. A pesquisa visa constituir um panorama do trabalho acadêmico sobre o tema, permitindo uma visão ampliada do modo como vêm sendo significadas as práticas da educação em tempo integral no Brasil. Para tanto, foram realizadas buscas no Scielo tomando-se como foco artigos que tenham sido desenvolvidos a partir de pesquisas em periódicos nacionais publicados nos últimos cinco anos (2012 a 2016). Localizamos oito artigos que atendem esses critérios os quais apresentam uma multiplicidade de problematizações, com diferentes abordagens e perspectivas teóricas. Após o levantamento bibliográfico dos trabalhos relacionados com a temática Escola em Tempo Integral, foram realizadas leituras de documentos e artigos relacionados a políticas públicas no Brasil. A partir destas leituras, foram realizadas análises descritivas. Assim, foi possível perceber que considerando o tempo das crianças na escola, muitos estudos divergem e convergem sobre a efetividade do Programa Mais Educação.

Palavras-chave: Educação integral, Vulnerabilidade, Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O tempo que as crianças devem passar na escola tem sido alvo de discussões em âmbito mundial. Apesar de alguns dados atuais sinalizarem que uma maior permanência diária nestas instituições não garanta uma melhor formação, muitos países têm jornadas escolares de sete ou mais horas diárias. Além daqueles que já oferecem esta jornada expandida há mais tempo, recentemente diversas nações implantaram políticas públicas neste sentido. No Brasil, em 2007, foi criado o Programa Mais Educação, que tem por objetivo implantar o chamado turno integral em escolas cujos alunos estejam em situação de vulnerabilidade social.

Em 2008, foram atendidas 1.380 escolas e 386 mil alunos. Gradativamente, o programa foi expandindo, até atingir 51.440 escolas no ano de 2015. Tendo em vista a importância desta política pública, atualmente existe uma abundante produção

¹ Aluna do Curso de Graduação em Dança – Bolsista PROBIC/FAPERGS – carmenpretto9@gmail.com

² Professora de Pós Graduação em Educação – ULBRA - karlasaraiva@via-rs.net



acadêmica no Brasil sobre o tema da educação em tempo integral, abrangendo TCCs, dissertações, teses, livros, artigos em anais de eventos e artigos acadêmicos.

O objetivo deste trabalho é analisar um conjunto de artigos publicados em periódicos nacionais, cujo objeto consista na educação em tempo integral. Com isto, pretende-se dar sequência a um trabalho já apresentado, que tratava da produção de dissertações e teses sobre o tema e realizou uma análise comparativa com o programa português Escola de Tempo Inteiro. A pesquisa visa constituir um panorama do trabalho acadêmico sobre o tema, permitindo uma visão ampliada do modo como vêm sendo significadas as práticas da educação em tempo integral no Brasil.

METODOLOGIA

O material empírico para a pesquisa será composto por um conjunto de artigos que problematizem e analisem as políticas públicas de Escola em Tempo Integral no Brasil. A seleção destes artigos foi realizada a partir de buscas no Scielo, tomando-se como foco artigos que tenham sido desenvolvidos a partir de pesquisas documentais, publicados em periódicos nacionais e disponibilizados nos últimos cinco anos (2012 a 2016).

Por questões de tempo, decidiu-se restringir as análises apenas a oito artigos, sendo tomados aqueles mais recentes e (excluindo-se aqueles referentes a estudos de caso). Nestes oito artigos foram identificadas abordagens sobre o tema em questão: 1. Qualidade da educação; 2. Instituições e gestão; 3. Direito e financiamento; 4. Corpo e corporeidade; 5. Vulnerabilidade e intersetorialidade; 6. Filantropia; e 7. Lógica neoliberal e pós- moderna.

A partir desses enfoques, foram desenvolvidas as análises que constam na seção seguinte.

Descrição das abordagens dos artigos

O artigo *A Hegemonia às avessas do Programa Mais Educação* escrito por Silva e Silva (2013) realiza uma análise do Programa Mais Educação buscando identificar os elementos que caracterizam sua concepção como intercultural, com base nos documentos elaborados pelo MEC, e apoiados em pensadores do campo dos Estudos Culturais e da Educação. A proposta central é que o currículo deva partir das diferentes realidades dos educandos, possibilitando o diálogo entre as diversas culturas, e



relacionando os saberes comunitários com os escolares. Neste sentido o diálogo, a organização curricular, o espaço, o tempo e a gestão intersetorial foram os elementos identificados nos documentos oficiais para promover essas relações.

O artigo *Programa Mais educação como Política de Educação Integral para a Qualidade*, escrito por Penteado (2013) tem como objetivo analisar o incremento que o Programa Mais Educação proporciona às práticas pedagógicas escolares a partir do estudo de Cavaliere (2007). Neste último estudo a autora delinea quatro concepções (assistência, poder, liberdade e autonomia, e utilidade) que se formam em entorno da proposta de educação integral a partir dos finais da década de 1990. Também foi utilizada para as análises de Penteado (2013) a Nova Retórica apresentado por Perelmann e Olbercts-Tyteca (2007) que “ tem por base que todas as questões e decisões humanas são argumentadas visando soluções verossímeis” .O material empírico utilizado para as análises foi constituído de entrevistas gravadas e transcritas como o coordenador, um professor do turno regular e um oficineiro nos anos 2010 e 2011, em três escolas municipais da região metropolitana do Rio de Janeiro onde foi implantado o Programa.

O artigo *Políticas Educativas e a Gestão dos Modos de Viver nas Cidades*, escrito por Silva, Busnello e Perenatto (2013) tem como objetivo analisar a educação integral como estratégia de gestão dos modos de vida, verificando como se efetuam estas políticas e suas possibilidades de gestão em cenários de fragilização de dispositivos institucionais. Através de um ensaio literário realizou-se uma revisão de antecedentes históricos desta relação política educativa e a gestão dos modos de vida, depois se analisou como o declínio da escola cria possibilidades de mudanças através de novos agenciamentos culturais e a emergência de projetos de educação em tempo integral.

O artigo *Educação em tempo Integral: Direito e financiamento*, escrito por Menezes (2012) com objetivo de analisar os modos de financiamento de educação integral, teve como material empírico para as análises os documentos legais da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes Básica - LDB, o Plano Nacional de Educação - PNE e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Os referenciais teóricos utilizados foram Farias (2010), Rios



(2006) e Carreira e Pinto (2007), e este trabalho apresenta também dados associados ao financiamento da educação em tempo integral.

O artigo *Reflexões sobre Corporeidade no contexto de Educação Integral*, escrito por Silva (2016) traz uma análise do corpo presente na educação integral e no Programa Mais Educação, com base em resultados de uma pesquisa realizada em uma cidade de Minas Gerais, articulada com bibliografias e cruzadas com propostas de estudos acerca da fenomenologia de Merleu- Ponty.

O artigo *Intersetorialidade e Vulnerabilidade no contexto da Educação Integral*, escrito por Corá e Trindade (2015) visam problematizar a intersetorialidade no contexto da escola de tempo integral, com base em ensaio literário. Para os autores entende-se que para uma escola de formação integral a participação de setores e agentes no planejamento e na execução de ações seja o novo entendimento da função escola. Sendo assim, a intersetorialidade seria entendida como uma rede nas quais vários setores se encontram interligados, constitutivos, dependentes e conectados entre si. Neste sentido, seria importante compreender que esta rede vai além de relações intersubjetivas, pressupondo a ideia de viver bem, de sentido de justiça e da noção do outro.

O artigo *Analisando a concepção de Educação Integral do Governo Lula/Dilma através do Programa Mais Educação*, escrito por Silva e Silva (2014) busca compreender elementos da racionalidade sobre a qual o programa se assenta. Pressupõe uma educação integral na centralidade das diferenças culturais, colocada numa gestão intersetorial e sistêmica, tornando visível uma renovação pós-estruturalista em política pública na reorganização para o trabalho.

E por fim o artigo *Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: Filantropia ou política de estado?*, escrito por Cavaliere (2014), tem como objetivo discutir o papel da educação em tempo integral no Brasil, com base em marcos legais, dados estatísticos e o Programa Mais Educação. Este trabalho analisa a regulamentação do programa de forma que permitiu que se encaminhasse para um tipo de solução que pode para a qualidade educacional ou reforçar mais a precariedade e a fraca ambição das escolas públicas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os principais resultados mostrados nos artigos são os que seguem. Primeiro o Programa Mais Educação se destaca como uma estratégia de ação nos governos



Lula/Dilma como uma construção contemporânea de educação integral, mas não mostra o projeto ético-político ao qual o programa está articulado. Os pesquisadores então apresentam a necessidade de uma política consistente e sustentável, acima de interesses partidários momentâneos, para garantir a qualidade na educação. Os trabalhos constatam também que o tempo integral justificado na equação *proteger e educar*, como referem, está diretamente relacionado à ideia de educação compensatória que sobrecarrega a escola com tarefas que não são educativas, intensificando o trabalho dos educadores e encurtando sua função de socialização do conhecimento. Mostram a importância do diálogo e as ações entre os diferentes setores que visem ampliar a consciência da vulnerabilidade, bem como o fortalecimento da intersetorialidade para aprimorar a Escola de Tempo Integral e assegurar uma formação integral para as crianças em situação de vulnerabilidade social. Os trabalhos mostram ainda a necessidade de uma gestão das identidades escolares e das identificações de seus atores para potencializar o processo de formação cultural nas relações intersectoriais. Também, compreender o ser humano como corpo que vive experiências cotidianas na escola e se torna corpo, entendendo o significado para a vida, fará deste sujeito um ser educado integralmente, precisando de um tempo integral e compreendendo que a educação é feita *de*; e *por* corpos-sujeitos que estruturam a cultura em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a partir dos resultados encontrados nos artigos, foi possível perceber que sobre o tempo das crianças na escola são construídas divergências e convergências entre opiniões, no que diz respeito à efetividade do Programa Mais Educação. Este Programa é uma política pública que vem recebendo amplos investimentos e disseminando-se pelas escolas públicas brasileiras; porém a maioria dos trabalhos localizados observou um risco em sua permanência como política pública, pois os autores não viram baseados em suas pesquisas, indícios de melhora da qualidade pedagógica escolar na aplicação desses programas, como também consideraram que sua continuidade pode comprometer a busca por outros modelos para uma educação integral para o Brasil.

Cabe salientar que este trabalho não tem o objetivo de apontar soluções para questões educacionais ou da escola em tempo integral. Problematizamos sobre o tema buscando traçar um panorama do trabalho acadêmico atual a respeito, mostrando suas convergências e divergências no que diz respeito às experiências de educação integral pesquisadas.



Os estudos apontam pouca probabilidade da permanência do Programa Mais Educação, pois não identificam nesta política pública, a partir de suas pesquisas, melhoras na qualidade pedagógica escolar em sua aplicação. Também, para garantir a qualidade na educação se fazem necessárias políticas públicas acima de qualquer interesse partidário e momentâneo. Porém, questiono a noção de qualidade na educação assumida pelos governos, por ser uma construção cultural, histórica e social, e não fixa ou única. A proteção oferecida pelo Programa Mais Educação como educação compensatória, conforme o estudo é para o sujeito em situação de risco. Questiono então se não se pretende proteger a sociedade de sujeitos que representam um risco com essas políticas, entendendo que mantê-los na escola por mais tempo significa apenas passar o tempo. Concordo com os estudos quando apontam que o fortalecimento da intersetorialidade pode ocorrer através do diálogo e de ações conjuntas entre diversos agentes, buscando ampliar a consciência da vulnerabilidade em que se encontram os sujeitos atendidos. Assim, se potencializaria o processo de formação cultural nas relações intersetoriais, valorizando as identidades escolares. E também que o estudo do corpo e da corporeidade de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, por parte dos monitores, auxiliaria na compreensão do ser humano como corpo que vive experiências cotidianas na escola, e que é cultural e socialmente construído.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Mais Educação**. Disponível em: <<http://www.educacaointegral.org.br/glossário/mais-educacao/>>. Acesso em 26 mai.2016.

CAVALIERE, A. M. Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: filantropia ou política de estado? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1205-1222, dez. 2014.

CORÁ É. J. ; TRINDADE, L. de. L. Intersetorialidade e Vulnerabilidade no Contexto da Educação Integral. *Educação e Revista*. Belo Horizonte, v. 31, n.4, p.81-94, dez 2015.

MENEZES, J. S. S. Educação em Tempo Integral: Direito e Financiamento. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 45, p. 137-152, set. 2012.

PENTEADO, A. Programa Mais Educação como Política de Educação Integral para a Qualidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 463-486, jun. 2014.

SILVA, J.A de A.da. ; SILVA, K. N. P. A Hegemonia às Avessas no Programa Mais Educação. *Revista Brasileira Estudo Pedagogia (online)*, Brasília, v. 94, n.238, p. 701-720, dez.2013.

SILVA, J. A de A. da.; SILVA, K. M. P. Analisando a concepção de educação integral do governo Lula/Dilma através do Programa Mais Educação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 95-126, mar. 2014.

2º COLÓQUIO ULBRA DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO

2º ENCONTRO ULBRA DE BOLSISTAS CNPq E FAPERGS



SILVA, L. L. G. Reflexões sobre Corporeidade no Contexto da Educação Integral. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.32, n.01, p. 185-209, mar. 2016.

SILVA, R. M. D. da. ; BUSNELLO, C. P.; PEZENETTO, F. Políticas Educativas e a Gestão dos Modos de Viver nas Cidades. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v.38, n.3, p.953-975, set. 2013.